

TERMOS CLASSIFICATÓRIOS E HOMOGENEIZAÇÃO DA VELHICE: REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA

Germanne Patricia Nogueira Bezerra Rodrigues Matos¹

Camila Rocha Ferreira²

Rodrigo Nogueira Bezerra Rodrigues Matos³

Marisa Accioly Rodrigues da Costa Domingues⁴

INTRODUÇÃO

A velhice, além de um fato biológico, é uma construção socio-histórica e cultura, que decorre de processos de envelhecimento heterogêneos e multifacetados, cujas determinações e repercussões têm caráter biopsicossocial e estão imbricadas com as estruturas macrosociais. Ao longo da história humana, a velhice socialmente respeitada esteve associada, em geral, aos indivíduos com alto poder econômico, de modo que o lugar de prestígio e deferência era reservado aos velhos das classes dominantes, aos quais ora atribuía-se proeminência religiosa, ora *status* de nobreza. Aos demais, restava depender de suas famílias ou de ações filantrópicas para prover sua subsistência e cuidados (Beauvoir, 1990; Bosi, 2007; Debert, 2007).

Neste tocante, as históricas instituições asilares figuram como as alternativas mais antigas de atendimento à população idosa, tendo se disseminado a partir de práticas religiosas que visavam amparar indivíduos que não dispunham de recursos financeiros e/ou de autonomia para exercer os próprios cuidados. Se por um lado tais instituições cobriam uma lacuna necessária, por outro transformaram em prática efetiva a institucionalização de todos aqueles que eram considerados indesejáveis à vida social (Debert, 2020; Domingues *et al.*, 2022).

Magalhães (1989), em seu estudo clássico sobre a invenção social da velhice, aponta que a última fase da vida se configurou como *questão social* ao longo do desenvolvimento da sociedade capitalista, que tem como traços fundantes a concentração de renda, a ampliação das classes trabalhadoras assalariadas e o acirramento das desigualdades. Processou-se, globalmente, um conjunto articulado de mudanças político-econômicas, socioculturais e

¹ Assistente Social. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Gerontologia da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo - EACH/USP, germannematos@usp.br;

² Assistente Social. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Gerontologia da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo - EACH/USP, camilarochaoliveira@usp.br;

³ Bacharel em Direito pela Universidade de Fortaleza - Unifor. Especialista em Métodos Alternativos de Solução de Conflitos pela Escola Paulista da Magistratura - EPM, aluno especial do Programa de Pós-graduação em Gerontologia da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo - EACH/USP rodrigo.nogueira85@gmail.com;

⁴ Professora orientadora: Assistente Social. Doutora e mestre em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo - FSP/USP, maccioly@usp.br.

demográficas que culminaram em transformações sociofamiliares e em modificações na relação Estado-sociedade civil, que, associadas aos avanços tecnológicos na medicina, à diminuição das taxas de mortalidade, natalidade e fecundidade, e ao aumento da longevidade, constituíram o caráter de *problema público* atribuído à velhice na contemporaneidade (Matos; Oliveira; Domingues, 2022).

Essa dinâmica exigiu a reconfiguração do Estado, com vistas à formulação e efetivação de políticas públicas de proteção para diversos segmentos populacionais, inclusive os longevos, e requereu a composição de categorias classificatórias que se adequassem à nova condição social dos sujeitos desse processo.

Partindo da compreensão de que os termos relativos à última fase da vida assumem conotações distintas, influenciadas pelos contextos ideo-políticos, econômico-sociais e culturais nos quais se inscrevem, esta pesquisa objetiva analisar a trajetória de desenvolvimento dessas categorias classificatórias no cenário brasileiro.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo qualitativo, exploratório e retrospectivo, do tipo revisão narrativa de literatura. A escolha dessa abordagem se deu por sua abrangência e alcance, que permite dimensionar o conhecimento produzido em diversos campos científicos sobre o tema de interesse (Grant; Booth, 2009; Rother, 2007) .

Foram realizados levantamentos bibliográficos de fontes múltiplas, a saber: artigos científicos, capítulos de livros, trabalhos publicados em congressos, teses e dissertações, utilizando-se as palavras-chave “pessoa idosa”, “velho”, “envelhecimento” e “termos classificatórios” em bases de dados eletrônicas através do portal *Google Scholar*. As buscas foram realizadas entre maio e julho/2023, sem aplicação de recorte temporal ou limitação de idioma.

O *corpus* do estudo foi composto por textos publicados em português, disponíveis na íntegra em meio eletrônico ou impresso, e que continham elementos relacionados ao objetivo da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No século XIX, a velhice aparente estava relacionada aos indivíduos pobres, socialmente excluídos e dependentes, que não dispunham de recursos financeiros para prover

a própria subsistência. Estes, eram nomeados, inclusive nos discursos oficiais, como *velhos* e, em algumas sociedades, à exemplo da francesa, podiam ser referidos como *velhotes*. Tais vocábulos tinham conotações depreciativas e serviam ao propósito de acentuar a marginalização desses sujeitos, que eram alvo, exclusivamente, de ações filantrópicas e de caridade (Peixoto, 2007).

Já aos representantes das classes dominantes e economicamente abastadas, devia-se respeito pela conquista da longevidade e, assim, eram tratados com polidez, utilizando-se o termo *idoso* e seus correlatos, o que lhes conferia o *status* sociossimbólico de anciãos sábios e de modelos do sucesso, a serem seguidos pelos mais jovens (Mascaro, 2004; Peixoto, 2007).

No Brasil, até os anos 1960 dispunha-se exclusivamente do termo *velho* para designar as pessoas que envelheciam e, ao contrário do observado em outras sociedades históricas, esse vocábulo assumia certa ambiguidade, uma vez que podia ser uma expressão pejorativa ou afetiva, que se distinguia pela entonação e/ou contexto em que era utilizado. Conforme mencionado, devido à diferenciação entre pobres e ricos, figurativamente a velhice existia apenas para os trabalhadores, que tinham na perda de sua força de trabalho o marco de chegada à velhice (Bosi, 2007; Peixoto, 2007). Nesse sentido, no mundo ocidental, a velhice estava vinculada à invalidez e à incapacidade de produzir riquezas, isto é, ao não-trabalho, condição que se complexificou com o avanço do capitalismo e o aumento das classes sociais empobrecidas.

A partir da ampliação da expectativa de vida mundial e nacional, instalou-se um apelo por mudar as representações sociais da velhice, a fim de constituir uma associação imagética positiva, visto que o envelhecimento tornou-se um fenômeno desejado e possível para contingentes populacionais cada vez maiores. Nessa esteira, o termo *idoso* foi introduzido para fazer referência a todo o conjunto de senescentes, passando a atribuir respeito e transformando os “problemas dos velhos” em “necessidades dos idosos”. Ao mesmo tempo, passou-se a impor uma homogeneidade aparente que, entre outros aspectos, inaugurou um processo de esvaziamento das discussões acerca das contradições inerentes às refrações da questão social na ordem societária capitalista (Gagliette; Barbosa, 2007; Peixoto, 2007).

No caso brasileiro, esse movimento se deu concomitante às pressões sociais para reformulação das políticas públicas, que resultou, após a década de 1960, na elevação das pensões e na consolidação dos direitos previdenciários. Em decorrência, a criação da categoria *aposentado* passou, por um lado, a conferir prestígio, visto que a aposentadoria é o direito ao não-trabalho remunerado. Inobstante, sob outro prisma, instalou-se um novo contrassenso, qual seja: o condicionamento dos velhos aposentados à situação de *inativos*. Tem-se, então, a

composição do que alguns autores definiram como “sintoma social do envelhecimento” (Borges, 2015; Chiarelli; Batistoni, 2022; Simões, 2000).

Desde então, o ciclo de vida foi reorganizado e passou a congregiar três grandes fases, a saber: “[...] a infância e adolescência – tempo de formação; a idade adulta – tempo de produção; e a velhice – idade do repouso, tempo do não-trabalho” (Peixoto, 2007, p. 80). Apesar das contradições verificadas, a velhice tornou-se o tempo de realização de sonhos e os novos aposentados começaram a reproduzir hábitos da classe média para afastarem-se do estigma da exclusão, culminando com a criação das *terceira idade*, *melhor idade* e *economia prateada*, que, além da composição de um novo mercado consumidor, inaugurou, conforme sintetiza Debert (2020), um processo de reprivatização do envelhecimento, ao responsabilizar, quase exclusivamente, os indivíduos pelo seu bem-estar na velhice.

Nessa direção, Neri (2007) afirma categoricamente que os novos termos e as novas formas de autogestão do envelhecimento se configuram como subterfúgios semânticos que visam mascarar a rejeição da velhice presente na sociedade contemporânea.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que a diversidade de conotações assumidas pelos termos classificatórios está imbricada com a transformação da velhice em uma questão pública e com sua inserção nos discursos oficiais, sem, contudo, indicar a reconfiguração de seu lugar social. Notou-se que o intenso trabalho de categorização ora analisado tem servido, sobremaneira, à consolidação da sociedade do consumo, uma vez que tende, entre outras questões, a gerar um novo nicho de mercado, a partir do delineamento de novas necessidades sociais relacionadas com o ideário do envelhecimento bem-sucedido.

Assim, inferiu-se que a construção social desses termos esteve, desde o princípio, em consonância com os anseios das classes dominantes, cuja hegemonia se estabelece por meio da captura ideológica das classes populares. Nesse escopo, a abordagem gerontológica reitera a necessidade de romper com os estereótipos negativos associados ao uso do termo *velho* na contemporaneidade, com vistas ao reconhecimento da heterogeneidade dos envelheceres na conjuntura da sociedade do capital.

Palavras-chave: Velhice, Envelhecimento, Política social, Capitalismo, Revisão.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, S. de. **A velhice**. Tradução: Maria Helena Franco. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BORGES, M. C. M. O idoso e as políticas públicas e sociais no Brasil. *In*: SIMON, O. R. de M.; NERI, A. L.; CACHIONI, M. (org.). **As múltiplas faces da velhice no Brasil**. 3. ed. Campinas, SP: Alínea, 2015, p. 79-104. (Coleção Velhice e Sociedade).

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 14. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

CHIARELLI, T. M.; BATISTONI, S. S. T. Trajetória das Políticas Públicas Brasileiras para pessoas idosas frente a Década do Envelhecimento Saudável (2021-2030). **Revista Kairós-Gerontologia**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 93-114, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-901X.2022v25i1p93-114>. Acesso em: 04 jun. 2023.

DEBERT, G. G. Antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. *In*: BARROS, M. M. L. de. (org.). **Velhice ou Terceira Idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. 1. ed. 3. reimpr. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2020.

DOMINGUES, M. A. R. da C. *et al.* Revisitando o conceito de instituição de longa permanência para idosos: entre rupturas e continuidades na sociedade contemporânea, uma revisão integrativa. *In*: CÔRTE, B.; SARAIVA, K.; BRANDÃO, V. (org.). **Envelhecimento no Brasil: legado Tomiko Born**. São Paulo: Portal do Envelhecimento, 2022, p. 455-505.

GAGLIETTE, M.; BARBOSA, M. H. S. Que idade tem a velhice?. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, Passo Fundo-RS, v. 4, n. 2, p. 136-148, 2007.

GRANT, M. J.; BOOTH A. A typology of reviews: an analysis of 14 review types and associated methodologies. **Health Information and Libraries Journal**, v.26, n.2, p. 91-108, jun. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1471-1842.2009.00848.x>. Acesso em: 09 jun. 2023.

MASCARO, S. A. **O que é velhice**. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção Primeiros Passos; 310).

MATOS, G. P. N. B. R.; OLIVEIRA, C. R. F. de; DOMINGUES, M. A. R. da C. Políticas públicas de atenção à pessoa idosa: revisão narrativa de literatura sobre os marcos regulatórios brasileiros. *In*: 1º CONGRESSO INTERNACIONAL LONGEVIDAD, 1., 2022, Valência-Espanha. **Libro de actas do 1º Congresso Internacional Longevidade Gegop**. v. 1. Viçosa-MG: UFV, Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável, 2022. p. 35-36. Disponível em: <https://bityli.com/GNRI6>. Acesso em: 28 maio 2023.

NERI, A. L. Atitudes e preconceitos em relação à velhice. *In*: **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo: SESC SP, 2007, p. 33-46.

PEIXOTO, C. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade.... *In:* BARROS, M. M. L. de. **Velhice ou Terceira Idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 69-84.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>. Acesso em: 09 jun. 2023.

SIMÕES, J. A. Solidariedade em xeque: as mudanças na Seguridade Social e o Movimento dos Aposentados e Pensionistas no Brasil. *In:* DEBERT, G. G.; GOLDSTEIN, D. M. (org.) **Políticas do corpo e o curso da vida**. São Paulo: Sumaré, 2000, p. 267-299.